



# Sete de Setembro de Independência do

*Alocução proferida pelo Professor Doutor Eurico de Lima Figueiredo (\*) no Salão dos Conselheiros do Clube Naval durante*

**E**m primeiro lugar, quero agradecer ao Almirante de Esquadra (Ref) Luiz Fernando Palmer Fonseca, Presidente do Clube Naval, o honroso convite para proferir esta alocução na semana em que se comemora a Independência do Brasil. Agradeço também ao Contra-Almirante (Ref) Antônio Alberto Marinho Nigro que, tão gentilmente, me levou às mãos o enobrecedor chamado. Ao cumprimentar esses dois oficiais gerais, levo também minhas saudações a todos os ilustres presentes, na forma física ou virtual, a esta solenidade.

A Independência do Brasil foi um ato e um processo. Foi mudança e permanência. Continuidades coexistiriam com descontinuidades marcantes no processo político.

Ocorreu uma ruptura com a monarquia portuguesa, mas com ela se manteve laços profundos. O formal – a Declaração de Independência – levou a uma nova realidade, vivida e sentida, que inaugurou o Brasil politicamente brasileiro. Se, manifestadamente, deixamos de ser uma colônia, com a criação de um Estado nacional soberano, permanecemos, em latência, um país que continuava ligado à antiga metrópole, inclusive por laços sanguíneos do nosso primeiro monarca com a realeza lusitana. Economicamente continuávamos dependentes de Portugal, mas, também, e principalmente, da maior potência econômica da época, o Império britânico. Porém, pela primeira vez podíamos descortinar uma política externa como Estado nacional independente. Do ponto de vista



# 1822: Brasil

## a comemoração da Semana da Pátria

cultural/intelectual, continuamos submetidos, em boa parte, ao modo de pensar, sentir e agir que vinha do centro europeu e dos Estados Unidos da América (EUA), que já despontava como um país próspero e que seguia um caminho todo próprio. Mas, por outro lado, houve o desafio de forjar uma concepção política singular, original e inédita nas diversas Américas, a do Norte e a do Sul, a Central e a Insular. Tornamo-nos uma monarquia constitucional, mas o monarca que aqui ficou era herdeiro de um Império que tinha colônias mundo afora. Seja qual for o ângulo de observação ou da lente teórica utilizada para se entender o que aconteceu entre nós quase dois séculos atrás, há de se atentar para o gigantismo das tarefas empreendidas. Como se manteve a integração de

território que já era um dos maiores do mundo? Como se afirmou o senso de nacionalidade em um território de proporções continentais, com uma população rarefeita que, na época, era composta por menos de quatro milhões de habitantes, sendo quase a metade originária de escravos? Como lidar com uma economia que parecia uma espécie de arquipélago terrestre, onde apenas alguns polos experimentavam riqueza, enquanto a maior parte das pessoas sobrevivia na base da subsistência e de uma economia que ainda era de escambo?

Seria simplista dizer que a Independência foi pacífica. Não foi. Em muitas partes do Brasil, portugueses e brasileiros se enfrentaram com armas na mão, os primeiros querendo a manutenção do *status quo*, os segundos, fa-



voráveis à superação da condição de colônia. Brasileiros lutaram contra brasileiros, com sangue derramado, grupos defendendo ideais diferentes para o futuro do Brasil. Não foi uma guerra como a da Independência estadunidense, onde ocorreram cerca de 25 mil mortes entre 1775 e 1783; aqui estima-se que o custo humano foi bem menor, algo entre 2.000 e 3.000 vítimas. Mas há de se atentar para uma conspícua diferença. A extensão do território brasileiro era muito maior do que o dos EUA na época de sua independência do Império britânico. Naquela época, o país americano não possuía a extensão territorial contígua que só ganharia no século XIX. O estado do Texas em 1845; o do Oregon em 1846; os de Nevada e Novo México em 1848; os de Califórnia e Utah em 1850. Ou seja, em um espaço territorial muito menor, morreram algo como 10 vezes mais americanos na sua Guerra de Independência do que brasileiros quando de sua separação de Portugal. Mas, mesmo assim, não foi sem sangue que se fez a Independência e se afirmou um Estado nacional com dimensões continentais.

Durante mais de três séculos o Brasil pertenceu a Portugal como colônia. Os que aqui nasciam ou os que para aqui emigraram eram súditos da Coroa Lusitana. Para um novo país, que se constituía como um Estado soberano, uma grande questão era a consolidação de sua identidade nacional. Com a independência, todos os que aqui habitavam passaram a ser brasileiros. Teriam que obedecer a uma ordenação jurídica que os subordinava a uma nova ordenação política, consubstanciada na Carta Magna promulgada em 1824. A nova Constituição definiu os termos da lealdade e obediência ao soberano.

Para os cientistas sociais a definição de “nação” e “nacionalidade” constituem-se em questões complexas. O conceito de nação não é algo dado: implica em um processo constituinte onde vai se formando, de uma parte, o sentido de identidade e, por outro, o de pertencimento. Ambos surgem por via de movimentos que vêm de “cima para baixo”, porquanto é elaborado e, afinal, imposto pelos que conquistam e mandam. Mas é também, como em espécie de refluxo, de “baixo para cima”, na medida em que os dominados vão assimilando e se acomodando à ordem estabelecida. Conceitos como o de cultura, no sentido antropológico, são úteis para se entender os fenômenos da “nação e da nacionalidade”. Porém, são limitados. Em um mesmo país, grupos opostos podem comungar a mesma língua e linguagem, normas de interação, crenças em geral, mas imaginarem que compõem diferentes nações, seja por motivos étnicos, religiosos, econômicos ou político-ideológicos e, assim, se opõem uns aos outros, com maior ou menor violência, até o limite de uma guerra civil violenta. Quase um século depois



***“Entrada do Exército Libertador”, obra de Presciliano Silva Salvador após a rendição das forças portuguesas em 1823***





**(1930) representando o Exército brasileiro adentrando**

de sua independência, estadunidenses do sul e do norte entraram em sanguinolenta guerra. A conflagração resultou em um número maior de mortos do que em todos os grandes conflitos que os EUA enfrentaram no século XX. Foi algo como 600 a 800 mil fatalidades, cifra ainda mais expressiva quando se tem em mente que, na época, a população do país era muito menor, cerca de 30 milhões de habitantes. As sequelas de um conflito de tais proporções atravessam os tempos, deixam marcas, estão presentes até os dias de hoje na sociedade americana. No caso do Brasil, o que surpreende até os dias presentes, foi a capacidade demonstrada na construção de um sentimento de identidade nacional relativamente pacífico, sem se contar com o dinamismo econômico que marcou o desenvolvimento dos EUA. Demoraria quase, ou mesmo mais do que um século, para que surgissem no País os primeiros grandes intérpretes de nossa nacionalidade, tais como Eduardo Prado, Alberto Torres, Manoel Bonfim, Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Raymundo Faoro, entre outros não menos importantes na busca da compreensão do que fomos e somos. O ponto a realçar aqui é que a existência de nossa nacionalidade, de nossa constituição como Estado-nação a partir da nossa independência foi um fato, uma realidade concreta, pulsante e pujante. Sua grandeza e complexidade desafiam até hoje as críticas mais cruas e cortantes que tantas vezes fazemos a nós mesmos, olvidando nossos feitos e realizações. A Independência criou o brasileiro no sentido político, pertencente ao Estado monárquico nacional brasileiro. Mas não o criou no sentido cultural, antropológico, sociológico. O brasileiro – e o sentimento de ser brasileiro – foi se constituindo desde que os portugueses aqui chegaram e se miscigenaram com as populações indígenas, desde os primórdios da colonização. A fundação do Estado nacional brasileiro em 1822 formalizou a existência do “brasileiro político”, mas o “brasileiro real”, que já clamava por sua identidade própria, distinta da lusitana, era caudatário de mais de 300 anos de história multiétnica.

A construção do Estado-nação é um dos tópicos marcantes da Ciência Política. Uma definição corrente de Estado nos diz, descritivamente, que se trata de um ente político que requer três elementos constituintes: território, população e mando político (governo). É uma instituição que se supõe acima das demais como a família, a educação, as crenças, o trabalho; nesse sentido o Estado moderno é a instituição das instituições porque envolve e ordena todas as demais. Certo, nem sempre foi assim. O Estado moderno, no mundo ocidental, foi se formando a partir do século XV, experimentando singularidades próprias em cada caso, até adquirir suas complexas fun-



ções nos tempos contemporâneos. O Estado monárquico nacional brasileiro, que vai se constituindo no Brasil após a Independência, herdou a máquina estatal portuguesa, que aqui foi sendo montada, desde os primórdios da colonização. Ela rapidamente se modernizou após a chegada de Dom João VI, em 1808, embora sempre estivesse muito aquém das necessidades de um país de nosso tamanho. Em 1822 não se tratava de se construir um Estado nacional sem passado. Estava lá uma burocracia, tanto civil como militar, que se entranhava, mal ou bem, por todo o território nacional. Por outro lado, a existência prévia dessa engrenagem, montada tendo em vista os interesses lusitanos, teria, como foi, de ser repensada e readaptada às necessidades geradas pela Independência. Uma questão aí ressaltava: muitos dos ocupantes do maquinário estatal eram de origem portuguesa e, mais, os brasileiros que ocupavam postos de mando foram treinados para atender aos interesses portugueses. Havia, portanto, a dupla tarefa de conquistar a lealdade e a obediência de uns e de outros face aos interesses próprios do novo Estado que aqui se organizava. Há de se pensar quão custoso e difícil foi a missão de montagem de um sistema estatal nas condições de um país de tão grandes proporções territoriais que, ademais, não podia contar, naqueles tempos, com meios ágeis de comunicação e integração.

O fenômeno do Estado se inscreve dentro de um fenômeno político que o antecede, o envolve e mesmo o transcende. É o fenômeno do poder, relação sempre tão dinâmica quanto conflituosa entre os que mandam e os que obedecem, os que governam e os que são governados. Há o fenômeno do poder onde o Estado ainda não se constituiu, mas as relações de mando existem, como, por exemplo, nas sociedades onde impera o caciquismo político. Grupos, comunidades, classes ou frações de classe podem não fazer parte do Estado formalmente constituído, mas fazem parte do processo de decisão política estatal, seja através de seus representantes imediatos (parlamentares, por exemplo), seja através de seus laços de interesse com os que mandam (os meios de comunicação, os grupos de interesse e pressão etc.). O processo de decisão estatal não é um jogo de cabras cegas onde as respostas se destituem de racionalidade: ao contrário, elas resultam da interação, mais conflituosa do que harmoniosa, de interesses objetivos que ora se chocam, ora se entrelaçam. É a dialética do poder.

No Brasil de 1822, no topo da pirâmide da sociedade escravista, encontravam-se não só os produtores dos bens primários, os exportadores de nossa produção, os importadores de bens de consumo, mas também seus associados, os traficantes de escravos, os grandes fazendeiros, os donos de engenhos, os charqueadores. As rare-



***José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos conselheiros de D. Pedro I e ficou conhecido como Patrono da Independência***

feitas classes médias eram compostas por comerciantes, profissionais liberais (médicos, advogados, engenheiros, professores), oficiais militares, clérigos, funcionários civis de um Estado ainda pouco complexo. O processo de ruptura com Portugal os fez se unirem em torno do único centro do poder político que, na avaliação deles, poderia enfrentar a forte turbulência política que se apresentava. Este centro era o herdeiro da Coroa, Pedro I. No limite temia-se uma guerra civil ou étnica, esta última podendo ganhar a forma de uma incontornável rebelião dos cativos, vista como ameaça que poderia levar à desagregação caótica da ordem constituída. A base social do poder do Estado nacional monárquico apoiava-se nesse amálgama de interesses. O homem que foi capaz de idealizar o Brasil monárquico, dando-lhe sentido e direção, um pouco antes da Independência, e logo depois, nos momentos iniciais da construção do Estado imperial, foi José Bonifácio de Andrada e Silva (1763/1838), embora tenha sido breve sua permanência no primeiro governo constituído por Pedro I. A elite brasileira da época, repita-se,

não era homogênea quanto aos seus interesses e objetivos. Havia os adeptos da liderança de José Bonifácio, defensores de uma monarquia forte, centralizadora, capaz de evitar a fragmentação do País. Eram favoráveis à abolição da escravatura, à realização de reforma agrária, aos investimentos do Estado que atenuassem a ingerência dos interesses estrangeiros no desenvolvimento do País. Defendiam o incentivo à educação gratuita para todos, além de, pelo menos, a criação de uma universidade com ensino superior para medicina, engenharia, direito e economia. Eram conservadores, mas, em boa medida, também modernizadores. Mas a eles se opunham duas poderosas facções. Por um lado, havia os “absolutistas”, tanto portugueses como brasileiros, que defendiam uma monarquia autoritária, forte, centralizadora, mas sem tocar na estrutura econômica prevalecente, assentada na escravatura. Por outro, estavam os “liberais federalistas”, defensores de uma monarquia descentralizada, com autonomia federativa e redução do poder real, que deveria ser controlado por assembleias legislativas, detentoras, essas sim, da energia política. Supunham uma sociedade de homens livres para criar e empreender, mas sem tocar na estrutura escravista, tal como prevalecia nos EUA naquela época. Essas duas últimas tinham em comum a defesa do sistema da escravidão como “motor da economia”. D. Pedro I, por afinidade pessoal e ideológica, identificava-se com a ala que estava do lado do seu amigo e mentor, José Bonifácio. Mas, por outro lado, reconhecia a força de seus opositores. Entre uns e outros tinha que conciliar, mas preservando sua capacidade de decisão. Foi no choque entre essas tendências conflitantes que foi surgindo e ganhando densidade a ideia de um poder moderador, que acabou materializado na Constituição de 1824, a mais longeva de nossa história até hoje. Surgia em uma palavra, a ideia de conciliação, como categoria ideológica do sistema político brasileiro. Nessa situação, o poder monárquico atuava como polo mediador de tensões eventualmente antagônicas, mas que convergiam,



**Esboço da bandeira do Império brasileiro, por Jean-Baptiste Debret**

por consenso, para a manutenção do *status quo*, ancorado no sistema econômico escravista. As concessões foram custosas para o País como um todo: resultaram no atraso econômico. O trabalho escravo, tão iníquo em termos morais, quão contraproducente em termos produtivos e sociais, impedia a modernização da agricultura, privava a economia de uma massa de brasileiros incapazes de criar e comprar no mercado interno, colocava a industrialização fora do horizonte das elites, satisfeitas com a exportação de produtos primários e a importação de produtos manufaturados. O Brasil permaneceu na contramão do que acontecia na Europa e nos EUA, neste último país mormente após a Guerra de Secessão, entre 1861 e 1865. Mais: a manutenção do sistema escravista entre nós, estimulou a degradação dos costumes públicos e privados com a valorização dos gastos ostentatórios em uma sociedade pobre. Incrementou a corrupção e habituou a elite a ficar à cata das benesses do Estado para atender seus interesses privados.

Quero finalizar esta alocução com dois breves apontamentos. O primeiro diz respeito à formação das Forças Armadas nacionais brasileiras. Que tarefa formidável foi a formação de nosso Exército e da nossa Marinha em condições tão adversas como as prevalecentes 199 anos atrás! Levando em consideração a definição clássica do grande cientista social alemão, Max Weber (1864-1920), o Estado é uma relação de homens dominando homens, dentro de um determinado território, sendo esta relação mantida, com êxito, por meio do monopólio do uso legítimo da força física. Nesta definição, se reconhece a presença da violência nas interações humanas, mas o Estado, exercendo o seu monopólio, procura exatamente contê-la e controlá-la, quando usada por outros que não sejam os próprios agentes estatais. Isto implica não só em um conjunto de diplomas legais que ordene o uso e os limites do uso da força. Requer também algo mais complexo: sua legitimidade, ou seja, o emprego da força deve ser aceito pela sociedade como uma necessidade à sua própria proteção. Não posso, nas circunstâncias desta exposição, deter-me mais demoradamente sobre a questão, um dos capítulos mais fascinantes e intrincados da Ciência Política. Mas já me permito frisar o ponto que aqui quero destacar: o desafio que foi a invenção e implementação, sempre processual, na forma de “zig-zagues”, das instituições constituintes do Estado nacional brasileiro que se formava. Certo, já se herdara o aparato estatal legado pela Coroa portuguesa. Mas o desafio estava em dar-lhes um novo conteúdo simbólico que expressasse os ideais de um novo Estado, livre e independente, leal e fiel a uma nova autoridade estatal que afirmava sua identidade nacional. Nessas circunstâncias,





***“Primeiros Sons do Hino da Independência”, de Augusto Bracet (1922). Acervo do Museu Histórico Nacional.***

logo após a Independência, as Forças Armadas foram pensadas como meios de garantir a unidade territorial, uma espécie de “polícia das polícias” que garantisse a obediência ao poder central instituído. Já aí uma distinção importante: se as polícias se organizavam e atuavam submetidas ao poder local, as Forças Armadas precisavam se estruturar com escopo nacional, presentes em todo o território brasileiro. Porém, elas não deveriam ser formadas sendo apenas “a polícia das polícias”. Suas missões eram ainda mais importantes: deveriam ser capazes de garantir a so-

berania do País no plano internacional, pois é a soberania a alma profunda do Estado, sua capacidade, em última análise, de existir em um mundo tomado por ambições e cobiças de outrem. Como isso tudo foi pensado e posto gradualmente em prática, incita a imaginação histórica até hoje.

O segundo apontamento se relaciona à própria comemoração da Semana de nossa Pátria nos dias que correm. Revemos sempre o passado a partir do ponto de vista em que nos situamos. Isto acontece, no plano individual, quando, com o passar do tempo,





revisitamos nossa própria biografia, avaliando criticamente nossos erros e acertos, à luz do que aprendemos ao longo de nossas jornadas. *Mutatis mutandis*, o mesmo acontece no plano histórico. Entretanto, se podemos mudar nossa compreensão sobre nós mesmos e da história que herdamos, não se pode alterar a materialidade dos fatos? Que fatos, no caso do nosso país, são esses? Cito apenas alguns. Primeiro, fomos capazes de criar e manter nossa unidade continental. Cabem aqui 27 países europeus e nos sobra muito mais. Aqui há contido uma Índia com sua área de três

milhões de quilômetros quadrados e seus um bilhão e quatrocentos milhões de habitantes, e ainda nos resta mais de cinco milhões de quilômetros quadrados para nossos um pouco mais de 210 milhões de pessoas nos dias de hoje. Segundo: falamos uma só língua em um espaço continental, com respeito aos dialetos indígenas. Terceiro: aqui se constituiu uma sociedade interétnica que, formada pela mestiçagem de índios autóctones, brancos e negros, recebeu o aporte de espanhóis, italianos, alemães, poloneses, japoneses, chineses, árabes, judeus e de vários outros povos, em processo de assimilação constante. Quarto: no decorrer do processo histórico, passamos de uma economia distante dos centros desenvolvidos, para, há quase um século, desde 1930, irmos, paulatinamente, saindo da periferia do mundo, até termos um Produto Interno Bruto (PIB) que, entre cerca de 200 países, vem se perfilando, nos últimos 50 anos, como um dos dez maiores do planeta. Certo, tudo isto é ainda muito pouco, se temos em vista o tanto que nos falta. Contamos ainda com muitos problemas para equacionar e resolver, principalmente nas áreas da educação, saúde, habitação, infraestrutura e segurança, tanta a interna quanto a externa. Ganha realce, entre todos, o resgate de nossa intolerável dívida social para conosco mesmo: o combate implacável à pobreza que atinge, desumanamente, grande parte de nossa população que, no limite, ameaça o futuro estratégico da nação.

Mas há muito a comemorar e festejar: foram os feitos de nosso passado que nos permitiram chegar até aqui. Comemoramos então, com orgulho patriótico, e gratidão cívica, na Semana da Independência, o muito que herdamos de nossos antepassados. Afinal, tudo o que temos e somos, com seus erros e acertos, devemos a eles. Em 1822 raiou a liberdade no horizonte do Brasil, como diz a letra do hino de nossa Independência. Desde então nossa brava gente vem enfrentando obstáculos de toda sorte, sem temor servil, na busca incessante do florescimento da civilização brasileira. Ela se fará tão mais forte e pujante quanto mais formos capazes de realizar nossos ideais republicanos e democráticos, em uma sociedade justa e fraterna, comprometida com o desenvolvimento nacional de suas grandes potencialidades. Tudo isso sem abdicar, jamais, de nosso lugar soberano no concerto das nações.

Muito obrigado.

*\*Coordenador do Núcleo de Estudos Avançados do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense*